

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO**  
2 **MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA NO DIA DOZE DE**  
3 **FEVEREIRO 2015, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO**  
4 **SOCIAL E CIDADANIA - SEMDESC. HORÁRIO: 13h51min. QUORUM DE ABERTURA:**  
5 Constatada a presença dos conselheiros (as): Lucidalva Barreto dos Santos (representante da  
6 sociedade civil – Núcleo dos Assistentes Sociais - titular); Severina Alda de Aguiar (representante  
7 da sociedade civil – Núcleo dos Assistentes Sociais – suplente); Gilmar da Silva Lima  
8 (representante do governo - SEMDESC); Rosilene Cordeiro Maximo da Cunha (representante da  
9 sociedade civil - Associação Mão Amiga); Rúbia Janaina da Silva Rodrigues (representante da  
10 sociedade civil - APAE); Neuzira Cardoso Otoni (representante da sociedade civil – Psicólogos);  
11 Dilma das Graças Queiroz (representante da sociedade civil - Abrigo Frei Anselmo); Maria Martins  
12 Silva Gomes (representante da sociedade civil – Natal Justino da Costa) e Eudes Barbosa da Costa  
13 (representante do governo – Gabinete). Ainda presentes, Isabel Aparecida Cruz Randi, técnica da  
14 SEMDESC, Larissa Carolina de Barros Menezes, Chefe da Divisão dos Conselhos, e Kamilla  
15 Sousa Sales, Assessora Especial de Gabinete a serviço da SEMDESC. Lucidalva iniciou a reunião  
16 agradecendo a presença de todos. Passando ao ponto de pauta: apreciação e deliberação do  
17 *“Relatório SIM-SUAS do mês de janeiro/2015”*, Lucidalva passou a leitura dos relatórios. No  
18 momento da análise dos dados da Proteção Social Especial, Lucidalva informou que após  
19 intervenção do CMAS junto ao Ministério Público acerca da suspensão do serviço de acolhimento  
20 adulto foi realizado um Termo de Ajuste de Conduta – TAC que propiciou a reabertura do serviço.  
21 Na oportunidade Lucidalva questionou a conselheira Maria Martins acerca da reabertura da Casa do  
22 Caminho – Casa de Passagem Adulto. A mesma informou que a Casa estaria se reorganizado para  
23 retomar o serviço, inclusive com seleção de cuidadores, uma vez que os mesmos foram  
24 dispensados no final do ano. Severina Alda sugeriu que fosse realizada uma análise dos dados  
25 procurando envolver outros conselhos de direitos, uma vez que estaria percebendo que as demandas  
26 abarcariam competência desses outros conselhos. Lucidalva concordou com a pertinência da  
27 proposta sugerindo ainda que a ação fosse planejada semestralmente. Sendo acatada por todos  
28 presentes. Severina Alda sugeriu ainda uma análise anterior a reunião dos relatórios, com vistas a  
29 melhor entendimento dos conselheiros. Após discussões foi decidido por todos, transferir a reunião  
30 ordinária para as 14 horas, e dessa forma realizar uma pré-reunião às 13 horas com a Comissão de  
31 Instrumentos Legais. Havendo a necessidade de recomposição da Comissão a conselheira Rosilene  
32 passou a compor a mesma, em substituição a ex conselheira Ilma. Retomando a análise dos  
33 relatórios, Lucidalva questionou ao secretário e conselheiro Gilmar o excedente de crianças e  
34 adolescentes acolhidos nas Casas Lares. Gilmar informou que em conversa com o promotor da  
35 infância e adolescência, explicando que o serviço não poderia funcionar com este excedente, o  
36 mesmo acenou que cabe ao poder público oferecer as condições necessárias para o serviço

37 funcionar bem, e dessa forma abrir uma terceira unidade. O que segundo Gilmar foi prontamente  
38 contestado, uma vez que não existe condição alguma para isso. Lucidalva pontuou que a partir do  
39 momento que aceitasse o excedente, abre-se um precedente para a reabertura de outras unidades,  
40 tornando estes equipamentos depósitos. Severina Alda falou da morosidade dos processos, e que se  
41 não houver uma mudança de nada adiantaria aumentar a quantidade de equipamentos de  
42 acolhimento. Rosilene lembrou que a juíza da infância e adolescência estaria saindo do município,  
43 e que dessa forma seria importante abordar o próximo juiz com vistas a encontrar uma solução para  
44 este problema. Severina Alda sugeriu que fosse marcada uma reunião com o novo juiz, CMAS, o  
45 CMDCA, o ministério público e os equipamentos do serviço de acolhimento. Sendo a proposta  
46 acatada por todos. Após análises e discussões, Lucidalva colocou para votação os Relatórios do  
47 SIM SUAS – Janeiro de 2015, sendo aprovados da seguinte forma: Gilmar (aprovou); Rosilene  
48 (aprovou); Maria (aprovou); Lucidalva (aprovou); Rúbia (aprovou); Neuzira (aprovou); Dilma  
49 (aprovou) e Eudes (aprovou). Passando ao segundo ponto de pauta “*Plano de Trabalho para 2015*”,  
50 Lucidalva falou da necessidade de realização do documento, ficando a cargo da Comissão de  
51 Instrumentos Legais as providências necessárias. Quanto ao terceiro ponto de pauta “*Planejamento*  
52 *das visitas de fiscalização*”, Lucidalva pediu que a Comissão responsável fizesse o firme  
53 compromisso em realizar as visitas pendentes. Na oportunidade, Lucidalva questionou acerca das  
54 mudanças de endereço dos equipamentos. Gilmar informou que houve uma realocação das duas  
55 unidades de Casas Lares e também do CRAS Pólo 1. Os presentes questionaram a locação do  
56 imóvel às margens do córrego, onde estaria funcionando a Casa Lar Unidade I, a qual acolhe  
57 adolescentes, e que estes estariam ficando expostos à curiosidade popular e ainda a possível ponto  
58 de comercialização de drogas. Lucidalva colocou ainda a necessidade de dar ao CRAS maior  
59 visibilidade e melhor acesso dos usuários. Dessa forma sugeriu que houvesse uma troca de locais,  
60 passando a Casa Lar Unidade I para as instalações do CRAS Pólo 1, o qual estaria funcionando à  
61 rua Abaeté no Bairro Nossa Senhora Aparecida. Após discussões ficou decidido que a Comissão de  
62 Fiscalização faria uma visita aos locais, com vista a verificar a possibilidade. Quarto ponto de pauta  
63 “*Calendário de reuniões para 2015*”, foi decidido manter as reuniões ordinárias na segunda quinta-  
64 feira de cada mês, mudando apenas o horário de início, o qual passou a ser às 14 horas. Em  
65 “*Informes Gerais*” Lucidalva informou a recebimento de ofício do MDS nº 7362 e 7364, que  
66 comunicava a prorrogação de prazo do processo de justificativas referentes às impropriedades na  
67 aplicação de recursos de cofinanciamento federal nos anos de 2006 e 2007, em seguida procedeu a  
68 leitura de ofício da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN informando posicionamento  
69 do referido processo, o qual informava que foi realizada solicitação de cópias de documentos junto  
70 ao MDS, bem como o ex prefeito Antério Mânica também teria solicitado os referidos documentos.  
71 Em seguida Lucidalva informou o recebimento de ofício do ministério público informando que  
72 quanto a solicitação do CMAS de análise da situação das denúncias de cobranças indevidas na

73 inscrição no Programa Minha Casa Minha Vida, foi feito o arquivamento do processo e a situação  
74 foi encaminhada para investigação policial. Em seguida passou a Comissão de Acompanhamento  
75 das PCHs o relatório semestral da PCH Mata Velha e o relatório de complementação do PAS da  
76 PCH Bebedouro. Em seguida repassou a Comissão de Análise de Instrumentos Legais o Plano de  
77 Ação do  
78 Abrigo Frei Anselmo de 2015. E repassou a Comissão de Inscrição de Entidades, Serviços,  
79 Programas, Projetos e Benefícios de Assistência Social o pedido de inscrição do CEPASA junto ao  
80 CMAS. Em seguida acusou o recebimento de retorno do CEAS, do CFESS e do CRESS quanto a  
81 solicitação de manifestação dos mesmos acerca da demissão de profissional na entidade em que  
82 prestava serviço por possível retaliação no exercício da função de conselheira. Os órgãos citados  
83 responderam que seria uma demanda trabalhista, orientando dessa forma procurar a justiça  
84 competente. Terminados os informes gerais, Neuzira questionou se a emissão das carteiras de passe  
85 livre estadual não poderiam acontecer nos CRASs. Gilmar concordou que a emissão das carteiras  
86 realizadas nos CRAS seria até mesmo uma solução para a crescente demanda que se forma na sede  
87 do órgão gestor. No entanto, diante as dificuldades que se teriam nos equipamentos, especialmente  
88 de logística, decidiu-se estudar melhor a proposta. Na oportunidade Rúbia ressaltou o  
89 descumprimento da lei na emissão das carteiras para uso do transporte coletivo urbano e rural.  
90 Neuzira solicitou ainda o encaminhamento de um motorista para atender o CRAS Pólo 3. Diante o  
91 grave déficit de profissionais no quadro da SEMDESC, Neuzira sugeriu que o Departamento de  
92 Habitação passasse a atender a população no CRAS Pólo 3, e dessa forma a técnica Claudinéia  
93 atenderia o território do CRAS. Dessa forma, a técnica Márcia atenderia o CRAS Pólo 1, retornando  
94 a técnica Luana ao atendimento da zona rural na equipe volante. E sugeriu ainda que a técnica  
95 Severina Alda assumisse as Casas Lares, vez que a técnica que atende o equipamento está saindo  
96 para assumir concurso na cidade de Brasília. O secretário e conselheiro Gilmar acatou as sugestões  
97 dizendo que caberia apenas a aceitação da técnica Severina Alda, a qual aceitou ressaltando porém  
98 que precisaria de muito apoio para organizar o serviço, e que seria em caráter temporário até a posse  
99 dos aprovados em concurso. Gilmar se prontificou a providenciar o mais rápido possível as  
100 mudanças sugeridas. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a reunião agradecendo a  
101 presença de todos e eu, Isabel Aparecida Cruz Randi, lavrei essa ata que será lida e aprovada por  
102 todos os presentes em reunião. **ENCERRAMENTO:16h10min.**